



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639250 - PR (2021/0005989-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA
ADVOGADO : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA - PR046769
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : PAULO RODRIGUES PEREIRA (PRESO)
CORRÉU : DENISE ADRIANA BATISTA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO RODRIGUES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (Apelação n. 5013834-83.2017.4.04.7002).

O paciente foi condenado "como incurso nas sanções do art. 289, § 1º, do Código Penal às penas de 4 (quatro) anos e 1 (um) mês de reclusão" (fl. 25), entendimento mantido pelo tribunal ante o desprovimento do recurso de apelação.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da fixação de regime inicial mais gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para adequação do regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que a fixação do regime mais gravoso em razão da reincidência específica encontra amparo na jurisprudência do STJ: "Não há que falar em ilegalidade da manutenção da custódia de paciente que cumpre a reprimenda em regime fechado, com apontada reincidência específica" (AgRg no HC n. 579.530/ES, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 29/6/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente